



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 5/2009 -----

-----Aos três dias do mês de Março do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 02 de Março de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **738.622,04 € (Setecentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e dois euros e quatro centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

ASSUNTOS

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – (VERSÃO 1)-----

-----O Sr. Presidente deu início ao período Antes da Ordem do Dia, procedendo à entrega aos Senhores Vereadores de uma cópia da versão 1 da Proposta de Regulamento da Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, tendo em vista a sua análise e posterior aprovação.-----

2.2 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

2.2.1 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ FELGUEIRA VELHA-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu-se às obras de requalificação da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, chamando à atenção para o facto de um poste público de iluminação continuar implantado na via pública junto à rotunda que dá acesso à localidade de Seixas da Beira, situação que no seu entender caracteriza o decurso das obras mas que deverá ser devidamente acautelada com sinalização apropriada até à sua retirada por parte da EDP.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco tomando uso da palavra referiu que “para além da situação referida pela Sra. Vereadora Maria José Feixinho, há mais problemas e deficiências visíveis na requalificação da estrada em causa. O Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, reconheceu que havia falhas e erros na estrada, especialmente nas zonas de ligação do betuminoso e inclusivamente quanto à qualidade do pavimento nalguns pontos são notórias essas fragilidades, eu questiono sobre o que é que se pretende fazer relativamente a essas falhas, a essas fragilidades que o pavimento apresenta nalguns pontos da estrada”.-----

-----No que diz respeito ao poste público de iluminação, o Sr. Presidente deu conta de que só ontem após ter visitado o local é que tomou conhecimento da situação, dado que ainda não se tinha deslocado à obra desde que a rotunda foi fechada. Mais referiu que o poste foi devidamente sinalizado a fim de evitar a ocorrência de acidentes até que se proceda à sua remoção, que naturalmente foi solicitada à EDP. Quanto às eventuais anomalias esclareceu que aquilo que disse na última sessão da Assembleia Municipal foi que “quanto ao betuminoso, tinha solicitado aos serviços para que fossem recolhidas amostras para posteriormente serem efectuados os devidos ensaios a fim de verificar da sua regularidade em termos de composição, agregação e espessura”, situação que se mantém, aguardando que lhe sejam entregues os resultados desses testes.-----

-----**2.2.2 – USO INDEVIDO DE POSTE PÚBLICO DE ILUMINAÇÃO PARA AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho chamou igualmente à atenção para o facto de se manter afixada publicidade no poste público de iluminação existente na Rua Engº. Adelino Amaro da Costa, lembrando que esta situação já foi abordada neste fórum, tendo sido, na altura, designada como “uso impróprio de poste público com publicidade de comerciante local”, e que seriam tomadas medidas no sentido de que a mesma fosse retirada. Concluiu referindo que “isso não aconteceu. A situação perdura, e não é um bom exemplo para os demais comerciantes”.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente reconheceu de que efectivamente é uma situação que se mantém, solicitando ao Sr. Director do Departamento de Administração Geral e Finanças para que notifique o proprietário da loja responsável pela publicidade afixada no poste em causa, a fim de proceder à sua remoção num prazo de 10 dias, devendo criar um sistema adequado para a sua afixação.-----

-----**2.2.3 – OCULTAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu ainda entender ser oportuno que, a placa de sinalização que está colocada no arruamento em frente à Câmara Municipal no sentido ascendente, para quem circula em direcção ao jardim, com proibição de virar à esquerda, fosse ocultada, permitindo a todos os cidadãos que, em situação de urgência se deslocam do Centro de Saúde neste sentido, em direcção à farmácia de serviço, sendo a “Figueira Diniz”, não tenham que contornar o centro da cidade, ou violar o referido sinal de proibição, para usufruir daquele serviço.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o problema está no perigo que a manobra pretendida acarreta no local em causa, face à curvatura ali existente e ao estacionamento de viaturas que, apesar de estar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

proibido continua com frequência a verificar-se junto ao Largo da Igreja Matriz, não permitindo assim uma adequada visibilidade quer por parte de quem pretende fazer esse trajecto, quer por parte de quem circula em sentido contrário, pelo que continua a entender que a melhor solução é o sinal manter-se tal como está, salientando que reconhece no entanto o incumprimento por parte de alguns condutores. -----

-----2.2.4 – OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1/JI DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se às obras de remodelação e ampliação da EB1/ JI de Oliveira do Hospital, salientando que, à semelhança do que já foi anunciado neste fórum, é notório de que o recinto exterior da Escola do 1º CEB de Oliveira do Hospital está devidamente sinalizado e vedado, pelo que pensa estarem assim a ser cumpridos os critérios exigidos por lei no que diz respeito à área dos edifícios escolares. Sobre o assunto, questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara, na sequência da instalação dessa vedação, sobre qual a forma que irá ser implementada para uso do parque infantil nos fins-de-semana.-----

-----O Sr. Presidente referiu que está previsto que o espaço em causa venha a ter um portão, criando assim a possibilidade de ser encerrado durante o período escolar e impedindo o acesso a terceiros, que permite também que uma das faces possa ficar aberta após esse período, nomeadamente nos feriados, fins-de-semana e outros períodos não lectivos, permitindo assim o acesso a todos os cidadãos que o pretendam frequentar. -----

-----2.2.5 – INSTALAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu o seguinte:-----

-----“Já falámos aqui por diversas vezes que se cria um pouco a imagem de que esta Câmara Municipal vem rejeitando projectos de instalação de novas empresas, que não colabora, e que não é acolhedora. E portanto, eu queria colocar uma questão muito concreta ao Sr. Presidente da Câmara, para ver se as pessoas, de uma vez por todas, ficam sensibilizadas para que, este município tem carência de empresários e acolhe-os na medida daquilo que são as suas possibilidades. Ou seja, se eu fosse uma empresária e dissesse que me queria instalar em Oliveira do Hospital, nas actuais circunstâncias, que resposta pode dar a Zona Industrial de Oliveira do Hospital em termos de implantação de um novo empresário? É possível a instalação de uma nova empresa nas actuais condições? Há lotes em situação de reversão disponíveis para o efeito? Era exactamente isto que eu queria perceber, porque nós sabemos que nem todos os empresários por ora se interessam pela oferta existente no Pólo Industrial da Cordinha. Mas, desviando a nossa atenção de lá, porque tem outras problemáticas que nós já temos aqui analisado, há ou não resposta para um empresário que se queira implantar desde já em Oliveira do Hospital.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente explicou que, na sua opinião, a política de atribuição de lotes na Zona Industrial de Oliveira do Hospital, existente noutros tempos, era uma política errada, e que à custa disso muitas empresas terão realizado bons negócios, como é do conhecimento público, razão pela qual, no ano de 1995, apresentou uma proposta em reunião do executivo, no sentido de não ser permitida a venda, por parte das entidades singulares ou colectivas a quem tinham sido atribuídos lotes, de qualquer lote na Zona Industrial, ou seja, a Câmara Municipal não autorizava a venda e accionava de imediato a cláusula de reversão, que mereceu aprovação. No entanto, e na sequência de um parecer emitido pelo falecido Dr. Amaral, a informar que aquela medida violava a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Lei, nomeadamente os direitos constitucionalmente instituídos para quem adquirisse a posse de uma propriedade, a Câmara Municipal viu-se obrigada a revogar a deliberação tomada. Mais referiu entender que a Câmara Municipal deve continuar a apostar na promoção e divulgação do Pólo Industrial da Cordinha/Seixo da Beira, para que os empresários se interessem em instalar novas indústrias naquele espaço, caso contrário a sua existência deixaria de fazer sentido. Disse ainda que a instalação de novas indústrias naquele Pólo Industrial poderá também resultar numa maior dinâmica social daquela zona. Prosseguiu referindo que, contrariamente ao que se diz, em Oliveira do Hospital, existem em frente à unidade industrial da SONAE, seis lotes industriais, sendo que dois deles já têm Pavilhões construídos, e que, em face da alteração da legislação que atribuiu novas classificações às indústrias, há terrenos disponíveis onde podem vir a ser implantadas novas indústrias. Disse igualmente que a Câmara Municipal, na zona considerada de reserva, para além de ter previsto a construção de um edifício em propriedade horizontal que permita servir de Incubadora e Espaço de Acolhimento / Instalação de Indústrias de dimensão mais reduzida, pretende ainda promover a criação de mais oito a dez lotes para implantação de outras indústrias. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “relativamente à questão colocada pela Sra. Vereadora Maria José Feixinho sobre que oportunidades é que um empresário tinha para desenvolver uma actividade empresarial em Oliveira do Hospital, entenda-se Zona Industrial de Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente acusou aqui um executivo de há anos praticar uma política errada de atribuição de lotes. Mas nessa altura havia lotes para atribuir, e hoje não há lotes para atribuir na Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Na altura havia, hoje não há”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que não se tratou de uma acusação e que apenas tinha feito referência de que em tempos houve uma política errada de atribuição de lotes. Mais referiu que “havia lotes para atribuir, porque alguém os deixou para atribuir. Não foi esse executivo.” Prosseguiu explicando a forma como decorreu todo o processo de aquisição dos lotes de terreno que fazem parte da Zona Industrial, sublinhando que “estas regras actuais, infelizmente, são de uma morosidade tremenda, para se fazer uma alteração a um Plano de Pormenor, ou uma revisão ao Plano Director Municipal, deveriam ser mais céleres, porque acabam por prejudicar o desenvolvimento do país”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que “os mandatos são contínuos, independentemente de haver ou não alteração dos executivos, porque uns são beneficiários da acção dos outros, ou são onerados pela herança uns dos outros. Agora, não vale a pena esta sua sistemática obsessão de querer diminuir aquilo que foi herdado do mandato do Prof. Doutor. César Oliveira. Hoje é importante ter lotes para atribuir, e infelizmente não temos nenhum. Nós temos que ter aqui uma política de disponibilização de terrenos a preços de baixo custo, temos que ter essa política. Já temos essa política em relação ao Pólo Industrial da Cordinha com resultados insuficientes, mas temos que aumentar a competitividade da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. É que hoje não é sequer competitiva, hoje não entra em campeonato nenhum, porque não há lotes para atribuir. E sabe bem que isto é verdade. Se nós não tivermos uma política de atribuição de lotes em Oliveira do Hospital, os outros municípios concorrentes vão tê-la, Arganil está a ampliar a Zona Industrial da Relvinha, outros municípios estão a criar novas Zonas Industriais, e se nós não tivermos essas condições, os outros vão sempre tentar atrair novos investimentos”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “no que diz respeito à zona de reserva, se o nosso país fosse menos complicado em termos de funcionamento administrativo, provavelmente a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital já teria aqueles lotes em condições de poderem ser disponibilizados”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que já há sete anos que ouve falar na ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à existência do Pólo Industrial da Cordinha, sublinhando que a Câmara Municipal deve efectivamente pensar em ampliar a Zona Industrial de Oliveira do Hospital, ou mesmo criar novos espaços industriais, dado que o referido Pólo Industrial não tem estado a resultar. -----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----**2.3.1 – DIA NACIONAL DA PROTECÇÃO CIVIL/ ACCÕES DINAMIZADORAS**---

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se a um conjunto de actividades, promovidas pelo Governo, que têm estado a decorrer no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Protecção Civil, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre se também tem previsto a realização de acções de sensibilização dentro desta área no Município de Oliveira do Hospital, lembrando que dado a proximidade do período de Verão esta seria a altura ideal para dar início a esse tipo de acções. Disse igualmente existir em Coimbra uma estrutura da Autoridade Florestal Nacional composta por técnicos especializados nesta área que se encontram disponíveis para colaborar no desenvolvimento de acções de sensibilização da população relacionadas com questões do ambiente, e bem assim apoiar na divulgação do programa PRODER, integrado no QREN, envolvendo proprietários e Juntas de Freguesia com projectos de prevenção florestal. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se a autarquia estaria efectivamente disponível para avançar com acções deste género, recorrendo à colaboração daquela entidade. Referiu ainda que, quer a ACIC, quer a ASAE, são também duas entidades que, no âmbito dos programas de desenvolvimento, têm manifestado a sua disponibilidade para colaborar na realização de diversas actividades de sensibilização, prevenção e desenvolvimento, lembrando que o NDEIB desenvolveu nos dias 16 e 25 de Fevereiro acções sobre o MODCOM, e que, do que pôde perceber através da comunicação social, a Câmara Municipal não se associou a qualquer um destes eventos. -----

-----O Sr. Presidente referiu entender que “as nossas políticas não se devem desenvolver ao nível dos “dias” em que normalmente aquilo que é feito, nomeadamente pelos membros do Governo, é aproveitá-los para fazer um *show off* para a comunicação social, para dizer que está tudo bem e entregar, em regra, novos equipamentos. E essa é a consequência natural dos “dias”. Aquilo que eu entendo é que devemos desenvolver estas políticas de sensibilização na área da protecção civil ou em qualquer outra área ao longo do ano”, salientando que quer os nossos agentes mais directos (GNR e Bombeiros), quer os serviços da Câmara Municipal, sempre que solicitados, estão disponíveis para desenvolver este tipo de acções, à semelhança do que vai ser realizado no âmbito das comemorações do Dia da Árvore. No que diz respeito ao PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, referiu que “a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de que fazem parte também as Associações de Produtores Florestais do Concelho, já promoveu a realização de uma reunião onde ficou definido que, uma vez que a percentagem de participação aumenta significativamente se forem as OPF's a apresentarem as candidaturas, que, nomeadamente a CAULE e as Cooperativas de Oliveira do Hospital e Alvôco das Várzeas, o fizessem. Foi aquilo que se decidiu, porque se verifica que existem realmente diferenças de participação nos projectos a desenvolver. Ou seja, se temos associações que podem fazê-lo e que até estão vocacionadas para o fazer, não há razões para que o Município interfira nisto dado que por um lado faz parte dos objectivos das associações, e por outro as percentagens de participação são muito mais elevadas. E por isso, eu espero sinceramente que quer a CAULE,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

quer as Cooperativas, apresentem candidaturas ao PRODER e que haja aqui um bom aproveitamento por parte das nossas associações florestais neste sentido” Sobre as acções desenvolvidas pela ACIC, pela ASAE e pelo NDEIB, referiu que “a Câmara Municipal só se pode associar-se a quem solicita essa associação, e portanto, a Câmara sempre que é solicitada para se associar tem-se disponibilizado para o fazer”, salientando que “a própria ADI já tinha desenvolvido acções desta natureza, pelo que tem havido um conjunto de informação/ sensibilização para os empresários no sentido de poderem aproveitar os recursos financeiros, e outros que são postos à sua disposição, para poderem ultrapassar este problema, e bem assim para divulgar a existência dos projectos promovidos pela Câmara Municipal. Disse ainda que a ADI tem desenvolvido um bom trabalho neste sentido, esperando assim que, efectivamente os empresários do concelho aproveitem as oportunidades que lhes são dadas. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu que falou sobre as comemorações do Dia da Protecção Civil, salientando que continuará a falar, por entender que este dia é muito importante para o país. Disse igualmente entender ser importante que os nossos agentes mais directos se manifestem e mostrem a sua visibilidade, pelo que compreende que “o Município de Oliveira do Hospital também poderia ter realizado algumas acções no âmbito das comemorações do Dia da Protecção Civil, à semelhança das que foram realizadas por todo o país, não *show off*, porque eu sou contra o *show off*”. Sobre as acções dinamizadoras referiu entender que “a Câmara Municipal não tem que competir com ninguém, mas tem a missão de apoiar ou colaborar e a missão de pedir a colaboração de outros agentes, de outras organizações, para realmente levar por bom fim esta acção de melhoria das condições das populações”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o Sr. Presidente não gosta do *show off* da política do “dias”, mas depois também faz *show off* por exemplo, com o Dia Municipal dedicado à Educação”. -----

-----**2.3.2 – CAMPO DE FUTEBOL SINTÉTICO DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter tido conhecimento de que ainda não foram criadas normas regulamentares que definam a utilização do Campo de Futebol Sintético de Nogueira do Cravo por parte de outros clubes do concelho de Oliveira do Hospital, situação que já terá criado alguns problemas entre associações, questionando o Sr. Presidente sobre a veracidade desta informação e, em caso afirmativo, que medidas pensa tomar tendo em vista a resolução desta situação. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente explicou que a falta de regulamento para utilização do referido Campo de Futebol por parte de outros clubes se deve ao facto de ter surgido um problema com o registo da Servidão Desportiva na Conservatória, o qual pensa não ter sido ainda totalmente solucionado, esperando assim que essa situação seja resolvida o mais brevemente possível para que possam ser estabelecidas regras de utilização daquele equipamento. Esclareceu ainda que a utilização do espaço em causa foi solicitado recentemente por outro clube e que a Direcção da Associação Desportiva Nogueirense não apresentou qualquer entrave, tendo sido dada total abertura e disponibilidade para que, em articulação entre ambos, ajustassem horários e pudesse haver utilização do espaço. -----

-----**2.3.3 – REUNIÕES ORDINÁRIAS PÚBLICAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida propôs ao Sr. Presidente da Câmara que as reuniões ordinárias públicas passem a realizar-se no Salão Nobre dos Paços do Município, no sentido de se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

proporcionarem melhores condições a todos os intervenientes nestes actos, sublinhando que “seria bom que assim fosse porque dignificava mais esta reunião, este acto, e mesmo a função dos jornalistas”.-----

-----O Sr. Presidente referiu ter registado a presente proposta salientando que “a democracia tem estas virtudes, confere liberdade às pessoas de manifestarem o seu pensamento, e dá a capacidade às maiorias de decidirem, não querendo com isto dizer que aceito a sua proposta.” -----

2.4 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

2.4.1 – ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO PARA A REUNIÃO DE CÂMARA -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se à entrega da documentação para a reunião de Câmara, protestando mais uma vez pelo seu atraso, nomeadamente da acta, sublinhando que “só ontem é que tive acesso à acta, depois das 19 horas. Já na anterior reunião pública protestei sobre os atrasos na entrega da documentação. Já houve atrasos na entrega da documentação aquando da preparação da apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009. Há dias, na última Assembleia Municipal, parece que também não houve acta disponível, creio que por motivos técnicos. De uma vez por todas queria que fossem acauteladas todas as condições para que tivéssemos acesso a esta documentação atempadamente. Entendam que, isto é repetitivo, nós vereadores da oposição, estamos eleitos neste órgão, não temos nenhum apoio da retaguarda em termos de gabinete, temos que ser nós a fazer o nosso trabalho de casa e temos que o fazer com toda a dedicação. Agora é desagradável, depois de um dia de trabalho, ainda ter que estar a ver, à última hora, documentos que deveriam estar entregues com quarenta e oito horas de antecedência e não estão. Eu pedia para que, de uma vez por todas, se resolvesse esta situação e que, tudo o que diz respeito à reunião fosse entregue atempadamente para que também possamos vir mais preparados e fundamentados para analisar as matérias que constam da ordem de trabalhos. Portanto, pedia que de uma vez por todas se resolvesse esta situação que já ultrapassa o abuso”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que “a acta tanto pode ser aprovada hoje como daqui a quinze dias, ou seja, a acta não é um documento que faz parte da reunião”. Disse ainda que a orientação que deu aos serviços foi no sentido de que “os documentos que vão ser alvo de análise e de trabalho na reunião devem ser entregues sempre dentro do prazo”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou de que “há um período legal para aprovação das actas, para a tornar pública”, ao que o Sr. Presidente explicou que não é obrigatório que a acta seja aprovada hoje. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “mas é recomendável, até para que o público tenha conhecimento da acta”.-----

-----O Sr. Presidente disse ainda que “não quero com isto dizer que não entenda que a acta deve ser entregue ao mesmo tempo que os outros documentos, sempre que seja possível”. -----

2.4.2 – NOVA LEI QUE ALTERA A REGULAMENTAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE -----

-----Sobre o assunto em epígrafe, Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “discutia-se há dias a participação cívica dos jovens numa iniciativa de grande mérito, que partiu da escola para a comunidade, e que partiu de alunos empenhados civicamente para reflectir sobre a sua cidade e o seu concelho. Discutiui-se a participação dos jovens na vida da comunidade. Infelizmente, a óptica é a minha, a perspectiva é minha, ouvi lá de pessoas responsáveis demasiada crítica, muita crítica e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

demasiado espírito negativo. Cobrou-se no meu entender demais, e incentivou-se de menos as práticas cívicas e a participação cívica dos jovens. Não é pelo confronto nem pelo negativismo que se alteram esses estados de coisas, nomeadamente o incentivo e o estímulo à participação cívica dos mais jovens. O Conselho Municipal de Juventude que existe no concelho foi criado, creio que em 2002, portanto no mandato de 2001 a 2005. A primeira questão que se impõe é que balanço se pode fazer do seu papel enquanto órgão consultivo das temáticas da juventude do Município de Oliveira do Hospital? Questiono também se tem cumprido a sua função no concelho? Se o seu regulamento tem sido cumprido em termos de funcionamento? E se o Conselho Municipal da Juventude tem cumprido a sua missão, que está consagrada no regulamento? Para além de reunir para aprovar o programa da Semana da Juventude, para que situações é que o Sr. Presidente da Câmara mais convoca o Conselho Municipal da Juventude? Eu gostava também de saber onde é que está a marca forte do Conselho Municipal da Juventude para além da obrigação legal que motivou a sua criação para que houvesse uma política de auscultação e apoio à juventude no concelho de Oliveira do Hospital? Por isso, deixo esta proposta, esta recomendação ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Pelouro, Dr. Paulo Rocha, para a necessidade da Câmara Municipal proceder à alteração do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude adaptando-o à nova Lei. E isto quer dizer que a Câmara e a Assembleia Municipal, de acordo com a nova lei dispõem de seis meses para adaptar o regulamento. Entendo que as alterações mais relevantes para que chamo a atenção serão que, o Conselho Municipal da Juventude passe a integrar um membro da Assembleia Municipal de cada partido, coisa que não acontece neste momento. Ao nível das competências consultivas, ao Conselho Municipal da Juventude cabe emitir parecer obrigatório sobre o Orçamento Municipal e sobre os projectos, regulamentos e Plano Municipais que afectem as políticas de juventude do município, mas também apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Actividades do Município, ou seja, creio que apreciar os documentos de prestação de contas. O Conselho Municipal da Juventude passa a eleger um representante do município para o Conselho Regional de Juventude e passa a eleger um representante seu para o Conselho Municipal de Educação, no qual, neste momento, não tem assento. E diz o novo regulamento que, passa a reunir obrigatoriamente, ordinariamente quatro vezes por ano. Retiro da leitura do diploma legal que é notório que, da parte da tutela, há ambição, justa no meu entender, de estimular e valorizar estas estruturas representativas da juventude. Cabe agora à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a alteração do Conselho Municipal da Juventude. É pertinente, e deixo também essa proposta que se comece já a trabalhar nessa alteração ao Conselho Municipal da Juventude”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu tratar-se de uma Lei da Assembleia da República e não da Tutela, dando conta de que “a Tutela, que estimula tanto e faz tanto, nunca se fez representar no Conselho Municipal da Juventude”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara se pretendia que o Sr. Secretário de Estado da Juventude venha ao concelho de Oliveira do Hospital, ao que aquele responsável referiu que “não, ele tem representantes regionais”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “então questione-os”, ao que o Sr. Presidente referiu que “eu não tenho que questionar, eu envio-lhes as convocatórias”. -----

-----O Sr. Presidente mais referiu entender que a Tutela tem órgãos desconcentrados para o efeito. Disse igualmente que “a Lei saiu, e naturalmente que a Câmara já está a trabalhar nesse sentido, ou seja, na adaptação do Regulamento em vigor à nova Lei”. Referiu ainda que “o Delegado Regional não tem que vir cá, até pode delegar a sua representação num dirigente local, e nunca o fez”. Prosseguiu dando conta de que “já foram utilizadas por parte da Câmara Municipal todas as estratégias de forma a chamar os jovens a participar nas reuniões do Conselho Municipal da Juventude. Salientou que “é difícil chamar as pessoas à participação. E portanto, por mais que a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

nós nos custe aceitar não é com imposições, de carácter legal, ou não que pomos seja o que for a funcionar”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu não percebo. Eu só vos ouço a queixarem -se aqui. Porque eu vejo outros conselhos a funcionar, em vários municípios”. -----

-----O Sr. Presidente referiu manter a sua posição de que tudo depende da disponibilidade das pessoas para participação, tendo afirmado ainda que Oliveira do Hospital foi, provavelmente, um dos primeiros concelhos do país a possuir um Conselho Municipal de Juventude. -----

-----**2.4.3 – ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Na reunião de 03 de Fevereiro, vinha na ordem de trabalhos, para nosso conhecimento, um ofício enviado pela Estradas de Portugal, S.A., relativamente à possibilidade de recepção de estradas por parte do Município de Oliveira do Hospital, nomeadamente a Estrada Nacional 17. Verifico que na mesma acta vem registado que *“a Câmara deliberou por unanimidade, informar a Estradas de Portugal que a Câmara de Oliveira do Hospital não está interessada em receber estradas classificadas como nacionais”*. Ora, se vem na ordem de trabalhos um documento para nosso conhecimento, não percebo porque é que a seguir houve uma deliberação e não entendo como é que essa deliberação foi tomada por unanimidade, tanto mais que o Sr. Vereador Albano Almeida e eu próprio entendemos que deveria haver negociação com a Estradas de Portugal. Agora aqui, rejeita-se à partida a proposta da Estradas de Portugal. Rejeitou essa proposta na reunião de Câmara de Câmara, e está registado em acta, num documento que volto a frisar que era só para conhecimento mas, na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara diz, na sequência da interpelação de um Deputado Municipal, que está disposto a dialogar com a Estradas de Portugal, ou seja, que está disposto a sentar-se à mesa para conversar. Agora não percebo, acho que há aqui uma contradição, há aqui um contra-senso que eu gostaria, naturalmente, que fosse clarificado”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o que disse neste fórum foi que “nas condições em que foi aceite a estrada Oliveira do Hospital / Felgueira-Velha, nem mais um centímetro”, questionando o Sr. Vereador José Francisco Rolo se entendia que a Estradas de Portugal pretendiam transferir algo para a Câmara para continuar a ter despesa, sublinhando que “eu só aceitaria uma transferência nessa matéria se fosse no sentido de a Estradas de Portugal assumir a sua pavimentação quando a via dela necessitasse e entregue à Câmara Municipal uma verba correspondente à manutenção de valetas, bermas e etc. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que, em vez do Sr. Presidente da Câmara ter enviado um ofício à Estradas de Portugal a dizer que não estava interessado na proposta apresentada, respondia a manifestar a sua disponibilidade para dialogar sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente deu conta de que o Município de Arganil respondeu à Estradas de Portugal da mesma forma que o Município de Oliveira do Hospital, sublinhando que quem elaborou aquela proposta não teve a menor noção do que fez, uma vez que na sequência das condições apresentadas, a EN17 ficava subdividida. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “obviamente que parto eu do princípio, que o Senhor lá terá razões e condições para aferir da competência ou incompetência dessas pessoas, eu não tenho. Eu não me sinto habilitado, se o Senhor assim se sente habilitado a aferir da competência ou incompetência do Director de Estradas, eu não sinto”, ao que o Sr. Presidente esclareceu que apenas se referia à competência da proposta em causa. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo mais referiu que “obviamente que a lógica da municipalização da estrada só podia ser com o acordo de todos os Municípios, parto eu desse



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

princípio. Não podia ser troço municipalizado e troço nacionalizado. Devia haver um acordo concertado pelos Municípios e a Estradas de Portugal. Agora, a questão que eu trouxe aqui era que o Senhor envia um ofício para a Estradas de Portugal a rejeitar qualquer condição de diálogo e negociação, e na Assembleia Municipal depois da interpelação do Sr. Deputado Municipal Carlos Mendes, disse que “afinal estava disposto a negociar”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que não usou o termo “negociar”, e que aquilo que disse na Assembleia Municipal foi que “estava disposto a dialogar”, o que considera ser diferente de negociar, mas que em nada altera a sua posição relativamente a esta questão. Mais referiu que “se os representantes do Partido Socialista com lugar neste órgão entendem que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deve aceitar o que quer que seja, nas condições em que foi aceite a estrada da Felgueira, digam-no aqui concretamente. Estão cá os órgãos da comunicação social para poderem dizer o que é que os representantes do Partido Socialista, relativamente a esta matéria pensam sobre o assunto”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que, à semelhança do que disse na reunião anterior, “antes de rejeitar o que quer que seja, fale com as pessoas, fale com o Director Regional de Estradas, fale com o Presidente da Estradas de Portugal, fale com o Secretário de Estado das Obras Públicas, fale com eles, antes de rejeitar à partida aquilo que não sabe. Converse primeiro com as pessoas para conhecer o que está em discussão, antes de dizer que não.” -----

-----O Sr. Presidente referiu que “é engraçado, como é que o Município de Arganil também rejeitou a proposta, nas mesmas condições. Não deixa de ser curioso”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se agia por imitação de Arganil. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “eu agi por convicção daquilo que é o melhor para o concelho que eu represento. E portanto, eu gostaria que os Senhores representantes do Partido Socialista dissessem aqui claramente, para que a comunicação social ouvisse, o que é que pensam sobre isto, ou seja, de dizer, se estivessem a gerir o concelho se estavam dispostos a aceitar a estrada e em que condições?”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se conhecia quais são as condições, tendo aquele responsável referido que não. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “fiquei esclarecido sobre a vossa posição”. -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho tomando uso da palavra referiu que se a interpelação foi directa responderá à questão colocada, sublinhando que “com o meu silêncio não vou dizer que concordo nem que não concordo”. Disse igualmente que “quanto à questão da entrega de estradas pura e simples, rejeito, tem que ser acompanhada de um processo que seja viável”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre de quem é a responsabilidade da manutenção da estrada Oliveira/Felgueira Velha, ao que aquele responsável informou que “a estrada é da responsabilidade da Câmara Municipal, embora em 2000, no Plano Rodoviário Nacional, tenha sido classificada como Estrada Regional, portanto, pressupõe-se que pela sua importância passaria para a esfera de responsabilidade da Estradas de Portugal, o que no entanto não aconteceu até ao momento e que impediu a satisfação do compromisso assumido publicamente pelo Sr. Secretário de Estado de resolução dos problemas da via. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “aquilo que está a acontecer e que tem acontecido no que diz respeito à transferência de competências que tem havido por parte do Estado para os Municípios, é sempre a perda para os Municípios, ou seja fazer mais, ter mais responsabilidades, sem que as receitas aumentem na proporção adequada”. -----

-----Sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida, referindo fazê-lo na qualidade de vereador independente que concorreu na lista do Partido Socialista, tomando uso da palavra disse entender que as transferências do Governo para as Autarquias não podem ser aceites se não forem precedidas das responsabilidades com a respectiva e conveniente transferência de verbas. ”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----2.4.4 – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO RIBEIRO DO AMARAL-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às obras de requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, na cidade de Oliveira do Hospital, requerendo ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse o ponto de situação da execução das mesmas. Questionou ainda sobre se foram ou não introduzidas algumas alterações ao projecto de execução das referidas obras de requalificação e, em caso afirmativo, quais as razões que levaram à sua introdução no projecto de execução.-----

-----O Sr. Presidente informou que foram efectuados alguns ajustamentos ao projecto, nomeadamente no que diz respeito à zona do parque de estacionamento e ao passeio existente junto ao lago. Quanto ao ponto de situação referiu ser bem visível o estado em que a obra se encontra, prevendo-se que esteja concluída no final do próximo mês de Julho.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre se o espaço destinado à cafetaria também sofreu alguma alteração, ao que aquele responsável referiu que se mantém tudo como previsto inicialmente.-----

-----2.4.5 – POLITICAS DE APOIO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Já há muito que defendo que deve haver uma articulação entre as medidas de apoio e protecção social que o Governo tem vindo a criar através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e os instrumentos que o Município de Oliveira do Hospital tem ao seu dispor para apoio e protecção social da população. Acho que deve haver essa articulação, deve haver esse diálogo. Por isso, acho pertinente que, de facto haja um levantamento junto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, das medidas de apoio que podem ser implementadas no concelho no sentido de se dialogar a sua aplicação no território do concelho de Oliveira do Hospital especialmente para fazer face a problemas da população mais fragilizada. E aproveito também para me congratular pelo reconhecimento que o Sr. Presidente da Câmara agora faz da necessidade de ter uma Carta Social no concelho. Isto depois de andar aqui há dois anos a insistir na importância e na pertinência deste documento de planeamento social. Congratulo-me e vejo com satisfação que o Sr. Presidente na última sessão da Assembleia Municipal já usa a designação e já reconhece a necessidade de ter uma Carta Social no concelho de Oliveira do Hospital. Mas a este respeito das políticas de apoio social no município eu gostava que me esclarecesse o seguinte. Quando se analisou aqui as resposta que o município podia dar relativamente ao encerramento de algumas empresas da área têxtil e às situações de desemprego forçado que envolveram algumas funcionárias da indústria têxtil, o Sr. Presidente da Câmara disse-nos aqui que *“não podia aplicar o Fundo Social de Emergência Municipal porque ainda não estava regulamentado e que tinha de ser regulamentado para ser aplicado”*. Posteriormente, na última Assembleia Municipal, vem dizer que o mesmo Fundo Social de Emergência Municipal *“não necessita de regulamento e que vai ser aplicado unicamente de acordo com informações sociais dos serviços da Câmara”*. Eu questiono a que é que se deve esta alteração das regras que inicialmente estavam por detrás da aplicação deste Fundo Social de Emergência?”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que, à semelhança do que disse na Assembleia Municipal, entende que “uma vertente são as medidas do Governo, e que ao mesmo exclusivamente competem, e outra são as medidas da autarquia, criadas para complementar determinadas lacunas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que se verifiquem no concelho”, dando conta de que delegou na Dra. Ana Rodrigues a representação da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em todas as reuniões do Núcleo Executivo do Núcleo do Rendimento Social de Inserção, pelo que a autarquia estará sempre informada sobre todas as carências existentes no concelho, quer seja ao nível da habitação, quer seja a outro nível. Disse ainda entender que neste momento está em voga a nomenclatura das Cartas, citando como exemplos a Carta Social, a Carta Desportiva, a Carta Educativa, a Carta da Protecção Civil, mas que, pessoalmente prefere a expressão “Plano”, salientando que “o Plano diz-me muito mais. O Plano significa que há algo que está em mente para execução. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “esta coisa das Cartas e dos Planos não tem nada a ver com a designação. Tem a ver com a sua concretização, porque o Senhor pode ter um Plano muito bom, mas se estiver de braços cruzados não concretiza nada, e pode ter uma Carta mais ou menos má mas se fizer alguma coisa para a concretizar, com certeza de que é melhor que um Plano bem elaborado. As designações não envolvem a qualidade do trabalho no terreno”. -----

-----O Sr. Presidente concluiu referindo que continua a entender de que “isto é a velha tese de arranjar novas designações para depois se promover a criação de novos gabinetes”. Mais disse que aquilo que referiu na Assembleia Municipal foi que “o facto de não existir um regulamento específico não impedia a Câmara Municipal de atribuir financiamento”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo contrapôs referindo que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse na Assembleia Municipal foi que “não se podia aplicar o Fundo Social de Emergência, porque não estava regulamentado”, ao que o Sr. Presidente esclareceu que não foi isso que referiu naquele órgão mas sim que “não se aplicava a situações de desemprego, por causa dos subsídios que já existem para o efeito” e que “a Câmara, enquanto órgão colegial, pode decidir sobre estas matérias com base em relatórios/informações sociais”. -----

-----O Sr. Presidente salientou ainda que está em fase de conclusão um regulamento genérico, visando a atribuição de apoios no âmbito da Acção Social, documento que depois de concluído será presente em reunião de executivo, tendo em vista a sua análise e posterior aprovação. Sobre a Carta Desportiva, e na sequência do assunto exposto pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo em anterior reunião, lembrou que, consta em acta da reunião ordinária de 15 de Janeiro de 2008, o seguinte, “*O Sr. Vereador Albano Almeida perguntou ao Sr. Presidente porque razão é que à semelhança da Carta Educativa não se elabora também uma Carta Desportiva Concelhia, ao que aquele responsável informou de que o referido documento estava já a ser elaborado. O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se por tal facto.*” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo admitiu não se recordar deste assunto já ter sido abordado em reunião de executivo, salientando que “pelo facto de ter sido feita uma alusão à Carta Desportiva Municipal, eu não a conheço, e isso é que a parte mais importante. Não conheço nenhum documento, e eu pedi aqui particularmente ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro do Desporto, se havia alguma documentação que se pudesse consultar.” -----

-----O Sr. Presidente lembrou igualmente de que consta também em acta da sessão da Assembleia Municipal de 07 de Junho de 2008, uma intervenção do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, em que louvou as políticas desportivas e educativas da Câmara Municipal, referindo o seguinte “*mas acho que seria fundamental, para que fosse transparente esta política desportiva, que houvesse uma Carta Desportiva Municipal...*”, sendo que a resposta que lhe deu foi que “*...quanto à questão da Carta Desportiva, quero informar de que está a ser elaborada. Já existe um diagnóstico com a projecção da população, falta definir a estratégia. Já de acordo com este documento foi feito um Polidesportivo em Lourosa, foi feito um em Santa Ovaia e espero brevemente vir a lançar concurso para a execução de um Polidesportivo na freguesia de Seixo da Beira*”. Concluiu sublinhando “Carta Desportiva”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----2.4.6 – CAULE – CRIAÇÃO DE MAIS UMA ZONA DE INTERVENÇÃO NO
CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se pelo facto de a CAULE – Associação Florestal Beira Serra ter concluído a criação de mais uma Zona de Intervenção Florestal no concelho de Oliveira do Hospital, salientando que “pelas minhas contas, creio que já é a quarta, o que é demonstrativo da capacidade de planear a intervenção e a gestão florestal no concelho de Oliveira do Hospital. Desta vez foi concluída a ZIF da Cordinha que envolve 540 proprietários e 6205 ha, acho que é um trabalho relevante que deve ser louvado”. -----

**-----2.4.7 – SEGURANÇA DO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA
DO HOSPITAL -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se o edifício da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital possui ou não alarme, que tipo de alarme é que existe e se ele funciona, lembrando que o edifício já foi objecto de assalto no ano de 2007, sendo que na altura não existia qualquer alarme. Questionou igualmente sobre se esta questão já foi ou não ultrapassada.-----

3 - ORDEM DO DIA -----

3.1 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----

-----3.1.1 - ANA CRISTINA ESTEVES VITORINO LOURENÇO -----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de um reclamo luminoso já instalado no seu estabelecimento denominado “Cornocópia”, sito na Rua do Ameal, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.1.2 - ESPACO ATENAS, LDA.-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de uma placa publicitária já instalada no seu estabelecimento, sito na Av. 5 de Outubro 7A, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.1.3 - EUGÉNIA MARIA ESPERANCA RIBEIRO COSTA -----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de uma placa publicitária já instalada no seu estabelecimento denominado “Cabeleireira Geni”, sito na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, em Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.1.4 - IRMÃOS COMBUSTÍVEIS, LDA.-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de oito reclusos luminosos já instalados no seu estabelecimento, sito na Avenida Dr. Carlos Campos nº 3, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.1.5 - PEDRO JORGE SILVA AFONSO-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de uma placa publicitária já instalada no seu estabelecimento denominado “Automóveis Pedro Afonso”, sito na Rua Engº Vaz Patto, nº 8, em Santa Ovaia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.1.6 - UNIPINHO - PRODUTOS PARA CABELEIREIROS, LDA.-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer o licenciamento de uma placa publicitária já instalada no seu estabelecimento, sito na Av. 5 de Outubro 7B, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----3.2 - CONCURSO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS RECICLADOS TOCA A RECICLAR - REGULAMENTO - ANÁLISE E APROVAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.2

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Regulamentares que regem o Concurso de Instrumentos Musicais Reciclados – “Toca a Reciclar”, a levar a efeito pelo Município de Oliveira do Hospital, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----Foi igualmente deliberado, designar os Srs. Vereadores Elsa Correia e Albano Almeida, como representantes da Câmara Municipal no Júri do referido concurso. -----

-----3.3 - II FESTIVAL INFANTIL DA CANÇÃO (2009) - REGULAMENTO - ANÁLISE E APROVAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Regulamentares que regem o II Festival Infantil da Canção – 2009/ Anos 80, a levar a efeito pelo Município de Oliveira do Hospital, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi igualmente deliberado, designar a Sra. Vereadora Maria José Feixinho, como representante da Câmara Municipal no Júri do referido concurso.-----

3.4 - XVIII FESTA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA, ENCHIDOS E MEL:-----

-----3.4.1 - FIXAÇÃO DE PRÉMIOS DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que apoie os produtores de queijo, mel e enchidos, bem como artesãos e outros, que vão participar na XVIII Festa do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel de Oliveira do Hospital, a realizar no dia 14 de Março do corrente ano, através da atribuição dos seguintes subsídios: -----

- Produtores de Queijo Serra da Estrela	100,00 €
- Restantes produtores	50,00 €
- Produtores de Enchidos	50,00 €
- Produtores de Mel	50,00 €
- APIBEC – Associação de Apicultores da Beira Central	100,00 €
- Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral	100,00 €
- Artesãos	50,00 €
- Produtores de Bolos Tradicionais	50,00 €
- António Freire Lobo Vaz Patto, Lda	50,00 €
- Sociedade Agrícola do Margarido, Lda	50,00 €
- Cozinheiro	75,00 €
- Outros	100,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) do nº 4 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----3.4.2 - CONCURSO DE FOTOGRAFIA UM OLHAR SOBRE O CONCELHO – PREMIADOS-----

-----Na sequência da deliberação camarária de 04 de Novembro de 2008, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos candidatos premiados no âmbito do Concurso de Fotografia “Um Olhar Sobre o Concelho”, que decorreu de 11 de Novembro de 2008 a 06 de Fevereiro de 2009, a saber: -----

-----A) TRABALHOS A CORES:-----

-----1º Prémio – 500,00 € - Hélder Jorge Tomás Medina – residente em Pedrulha -----
-----2º Prémio – 350,00 € - Constança Messias Marques – residente em Lagares da Beira ---
-----3º Prémio – 200,00 € - Diogo Alexandre Henriques Duarte – residente em Póvoa das Quartas-----

-----B) TRABALHOS A PRETO E BRANCO: -----

-----1º Prémio – 500,00 € - Armando Duarte – residente em Coimbra -----
-----2º Prémio – 350,00 € - Micaela Garcia Domingues – residente em Bobadela/ Loures ---
-----3º Prémio – 200,00 € - Mário António M. N.Ribeiro Azevedo - residente em Coimbra-



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.4.3 - CONFRARIA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Confraria do Queijo Serra da Estrela, um subsídio no montante de **7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)** a título de comparticipação nos custos com a realização do jantar promocional da XVIII edição da Festa do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel, e demais despesas com a participação das Confrarias convidadas. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.5 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, VISANDO A FIXAÇÃO DE NORMAS PARA A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE PASSAGEIROS-----

D.A.G.F./Proc. 53/4/ DOC.4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** como apoio à aquisição de uma viatura pesada de passageiros. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----Foi igualmente deliberado aprovar em minuta o Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, visando a concessão do apoio ora atribuído, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto. -----

3.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) INSTITUIÇÕES: -----

-----A -1) - CASA DO POVO DE NOGUEIRA DO CRAVO-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Casa do Povo de Nogueira do Cravo, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à aquisição de 100 cadeiras para apetrechamento do espaço da sua sede. -- -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-2) - FILARMÓNICA SANGIANENSE (ESCOLA DE MÚSICA)-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Filarmónica Sangianense (Escola de Música), um subsídio no montante de **4.000,00 € (Quatro mil euros)** para fazer face a despesas de funcionamento, nomeadamente reparação de instrumentos musicais e aquisição de fardamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

B) - PRÉMIO MANUEL DOS SANTOS GOUVEIA SERRA-----

D.A.G.F.

-----Na sequência da deliberação de 7 de Março de 2006, a Câmara Municipal de acordo com os critérios definidos pela estrutura orgânica e funcional da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital deliberou, por todos os membros presentes, atribuir o Prémio Bombeiro do Ano “Manuel dos Santos Gouveia Serra”, no montante de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros) ao Bombeiro com a categoria de Chefe – António Madeira Gonçalves, com o número mecanográfico – 06740171, admitido em 18 de Outubro de 1974, considerando que o mesmo reúne os critérios fixados por aquela associação.-----

-----Por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.-----

3.7 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.5

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 17 de Fevereiro e 03 de Março de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrantes desta acta.-----

3.8 – ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**3.8.1 - DIRECÇÃO-REGIONAL DO CENTRO DO INSTITUTO DO DESPORTO, I.P. - MEDIDA 4 MINI-CAMPOS DESPORTIVOS - 2ª FASE - LISTA DE CANDIDATURAS APROVADAS**-----

D.A.G.F./Proc42/15

-----Foi presente pelo Sr. Presidente um *e-mail*, remetido pela Direcção Regional do Instituto do Desporto de Portugal, I.P., a informar de que a lista aprovada das candidaturas aos Mini Campos Desportivos, no âmbito da Medida 4 – 2ª Fase, se encontra disponível no sítio do I.D.P. – www.idesporto.pt - .-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente informou de que a candidatura apresentada pelo Município de Oliveira do Hospital para um Mini Campo foi reprovada, dando conta de que no distrito de Coimbra foram aprovadas as candidaturas apresentadas pelos Municípios de Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Coimbra, Tábua e Condeixa-a-Nova.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.8.2 - ANIVEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO

D.A.G.F./Proc.28/6

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 10 de Fevereiro de 2009, remetida pela entidade acima identificada, e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Senhor Dr. Mário Alves,
-----Em meu nome pessoal e da ANIVEC/ APIV – Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confecção venho pelo presente meio agradecer a V. Exa. a presença na reunião com cerca de 40 empresas do sector do vestuário e confecção da zona centro do país, no passado dia 26 de Janeiro.-----

-----A ANIVEC/ APIV acordou com uma das empresas participantes que a presença de V. Exa. na reunião era de todo relevante, por isso deu indicações para que o convite lhe fosse também formulado.-----

-----Lamentamos o incidente ocorrido, tanto mais porque é do conhecimento da nossa Associação os inúmeros esforços que V. Exa. tem desenvolvido na defesa do tecido empresarial do concelho a que preside. -----

-----Na expectativa de que continue a disponibilizar a sua maior atenção para as empresas locais do sector que a ANIVEC/ APIV representa, despeço-me com a mais elevada estima e consideração.

-----Com os melhores cumprimentos,-----

-----O Presidente da Direcção da ANIVEC/ APIV -----

-----Orlando Lopes da Cunha”-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.8.3 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR NORTE –
REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO E REUNIÃO DA ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL-----**

D.A.G.F./Proc.28/7-A

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença, na reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, que teve lugar no passado dia 26 de Fevereiro do ano em curso, nas instalações da sede da CIMPIN (Lousã), com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----1 – Primeira revisão orçamental de 2009: -----

-----2 – Discussão e análise do tema “Taxa de Gestão de Resíduos e Taxa de Controlo da Qualidade da Água”;-----

-----3 – Preparação da reunião da Assembleia Intermunicipal do Pinhal Interior Norte; -----

-----4 – Outros.-----

-----Deu igualmente conhecimento da realização da reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, que teve lugar no mesmo dia, no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, visando essencialmente a aprovação do PPI e Orçamento para 2009, do Mapa de Pessoal, e da 1ª Revisão ao Orçamento de 2009. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2009 da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

-----3.8.4 - TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL - ASSEMBLEIA-GERAL -----

D.A.G.F./Proc.33/9



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença, na reunião ordinária da Assembleia Geral da Turismo do Centro de Portugal, que teve lugar no passado dia 25 de Fevereiro do ano em curso, no Hotel Imperial, na cidade de Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

- 1 – Informações:-----
- 2 – Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do Fiscal Único e sua remuneração;-----
- 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta de admissão de novos membros;-----
- 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração aos Estatutos;-----
- 5 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades para o ano económico de 2009;-----
- 6 – Apreciação, discussão e votação do Orçamento para o exercício económico de 2009;-----
- 7 – Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2009;-----
- 8 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Organograma e competências das unidades orgânicas;-----
- 9 – Apreciação, discussão e votação da proposta de participação da Turismo do Centro de Portugal em Associações e Entidades;-----
- 10 – Outros assuntos.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2009, à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----**3.8.5 - AS CIDADES MAIS**-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente apresentou uma comunicação do Jornal “Diário de Notícias” relativamente à edição nos eu suplemento mensal “Prima” de uma temática intitulada “As Cidades Mais” em que colocam a cidade de Oliveira do Hospital naquelas que, com um número inferior a 100 mil habitantes, detêm um dos valores mais elevados em termos de poder de compra do Distrito.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.8.6 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 16 de Fevereiro e 02 de Março de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----**4.1 - MERCADO MUNICIPAL - XVIII FESTA DO QUEIJO SERRA DA ESTRELA, ENCHIDOS E MEL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc. 33/12

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que no próximo dia 14 de Março, o Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, à excepção das lojas exteriores e interiores e bancas do peixe, esteja encerrado em virtude da realização da “XVIII edição da Festa do Queijo Serra da Estrela, Enchidos e Mel de Oliveira do Hospital”. -----

-----**4.2 – CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO A GRANEL**-----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, abrir concurso público para fornecimento de gasóleo a granel (quantidade estimada 200.000 litros).

----- Foi igualmente deliberado aprovar os respectivos, programa de procedimento e caderno de encargos e fixar a seguinte constituição do júri: Presidente: Dr. João Manuel Nunes Mendes; Vogais: Dr^a Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira e Anabela de Sousa Rodrigues; Vogais Suplentes: Eng^o Manuel de Melo Cruz e Eng^o Fernando António Amaral Vicente. -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----**5.1.1 – REUNIÃO COM S. E., O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO**-----

D.A.G.F./Proc. 33/2

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença, em representação do Município de Oliveira do Hospital, numa reunião com S. E., o Sr. Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino Dias, que teve lugar no passado dia 02 de Março do ano em curso, no Hotel Montebelo, em Viseu, com o seguinte programa, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

----- 11:00 H - Assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Instituto do Desporto de Portugal, I.P. e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativo à Carta Nacional das Instalações Desportivas; -----

----- 11:20 H – Reunião com os Municípios da região Centro para a apresentação do programa de execução da Carta Nacional das Instalações Desportivas e do Programa Nacional de Marcha e Corrida. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 3 DE
MARÇO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas catorze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 3 de Março de 2009 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 3 DE
MARÇO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**